

---

ANTUNES, Ricardo & NOGUEIRA, Arnaldo — *O que são comissões de fábrica*. São Paulo, Brasília, 1981. 118 p.

---

Dentre as várias publicações recentes sobre o movimento operário e suas formas de luta, surge uma obra inovadora, que trata especificamente da organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho, isto é, pelas Comissões de Fábrica. Os autores mostram que não existe uma teoria acabada sobre o fenômeno, mas o estudo concreto da sua realidade permite esclarecer a questão. Assim ela é entendida como uma forma eficaz e avançada de organização de base, dentro dos locais de trabalho, aglutinando operários que lutam por reivindicações comuns.

A formação de tais organismos pode se dar espontânea ou pela ação organizada. Notam os autores inexistir oposição entre as comissões, sindicatos e partidos; ao contrário, um complementa o outro.

No entanto, existem diferenças entre estas organizações, quando assumem o caráter reformista ou revolucionário. Para os autores, o problema é apresentado de maneira radical: a primeira, exemplificada pelas comissões de fábrica, representa a conciliação entre patrões e operários; a segunda, de caráter revolucionário, são os conselhos operários. Em certas ocasiões a primeira delas pode se transformar na outra ou vice-versa.

Outro problema que se levanta é o da co-gestão, forma de colaboração do movimento operário com a classe dominante, como se dá na República Federal da Alemanha.

Existe outra forma de participação operária, que é a autogestão nos países socialistas: ao lutarem por esta reivindicação nas empresas, opondo-se à centralização e à burocratização do planejamento estatal, os conselhos operários dos “países que vivem a transição socialista” expressam o avanço para efetivação da democracia operária. Pela análise dos casos polonês e iugoslavo os autores demonstram a retomada do espírito da Comuna de Paris (1871) e dos soviets russos de 1905 e 1917.

Os autores, além de explicarem todos estes esquemas teóricos, nos dão descrições das experiências históricas concretas do movimento espanhol e italiano, contribuições para a melhor compreensão das comissões de fábrica.

Com a guerra civil espanhola de 1935/39 e a ascensão do franquismo, o movimento operário foi esfacelado. O Estado franquista criou os “sindicatos verticais”, medida coercitiva contra a classe

---

\* Formada em História pela PUC/SP. Aluna de Pós-Graduação na USP.

operária, o que leva os trabalhadores a buscarem novas formas de luta. Com a combinação da luta legal, dentro dos sindicatos, e da ilegal, através da organização espontânea dentro das fábricas, surgia a possibilidade de o movimento operário se recuperar. Quando, em 1955, os comunistas propuseram a formação de comissões operárias, os trabalhadores avançaram ainda mais no seu movimento. Os autores colocam que o PCE conseguiu com estas e outras medidas maior presença junto ao movimento operário. Mas eles ressaltam que não se pode confundir as comissões operárias com as organizações partidárias: “as comissões operárias são uma forma de oposição unida de trabalhadores sem distinção de crenças ou compromissos religiosos ou políticos às estruturas sindicais que não servem...”

Outro exemplo explanado pelos autores é o da Itália: a experiência das comissões de fábrica neste país apresenta peculiaridades que se manifestam em três fases: 1) quando surgem, por iniciativa de operários metalúrgicos, as comissões internas de fábrica, que se tornam instrumentos efetivos de luta de classe. Neste momento Gramsci questionava a existência, na Itália, de uma formulação de soviets igual à da Rússia, pois encontrava sua resposta em Turim, onde havia um germe italiano de soviets, a comissão interna; 2) o proletariado conseguiu alguns avanços na sua luta, mas a ausência de uma direção política e a repressão do Estado fizeram com que o movimento fosse derrotado; 3) a partir de 1945, após a queda do fascismo, foram assumidas novas estratégias de ação, sendo abandonados os conselhos de fábrica. Contudo, em 1968/70, ela foi retomada.

Finalmente, os autores passam a discutir a experiência brasileira das comissões de fábrica, que começam a existir a partir de 1945. Mostram que, nos anos 45/47, as comissões de fábrica desempenharam papel importante para o avanço do movimento operário. Na década de 50, reiniciava-se um processo de mobilização e rompimento da estrutura sindical, que, desde o Estado Novo, objetivava controlar a classe operária. Após o golpe militar de 1964, a violenta repressão submeteu o operariado à superexploração do trabalho a fim de que se permitisse o “milagre econômico” dos anos 68/73. Uma das formas de resistência dos trabalhadores, a partir de 70, foi o renascimento dos embriões de comissões de fábricas, ainda que dispersos e limitados.

Por fim, em se tratando do debate atual em torno das comissões de fábrica, questionam o sistema de representação da Volks, pelo seu caráter patronal. Propõem conclusivamente a criação das comissões de fábrica como um caminho decisivo para a “democratização dos sindicatos” e para o seu fortalecimento junto às massas urbanas e rurais, visando à criação e consolidação de uma Central Única de Trabalhadores, massiva, democrática e unitária, que dirija as lutas sindicais, com o objetivo de conquistar uma efetiva democratização da sociedade, nos seus níveis econômico, social e político.

Sem pretender aprofundar a questão, no entanto, os autores fornecem subsídios para a análise do tema. Esta contribuição é limitada no caso brasileiro, devido ao espaço, e possível de ser discutida em certos pontos, mas, não se pode negar, representa algo de positivo na literatura operária brasileira.